

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 3º BIÊNIO

No dia 02 de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, via plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber:

Elizete Nicolini, representante titular de SGM; Amanda Theodoro de Souza, representante suplente de SGM; João Victor Santos Salge, representante titular do Instituto Jô Clemente; José Roberto de Campos Lima representante titular de SME; Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; Matilde Aparecida da Silva Franco Campanha representante suplente de SME; Mildy Ferreira, representante suplente do Conselho tutelar; Nilda Keiko Toyomoto Ito, representante suplente de SMADS; Camila Pinto de Souza Sawaia, representante titular da CoCriança; Rafael Martins Fialho, representante titular de SMIT; Gabriel Bueno da Costa, representante titular da SMPED.

Também estavam presentes Camila Paiva (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Maria Isabel Meunier Ferraz (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Mario Luiz de Camargo Filho (ouvinte do gabinete de SGM). E justificaram a ausência: Vinícius Cappucci, representante suplente do Poder Legislativo.

A sra. Maria Isabel (SGM) inicia os trabalhos apresentando a agenda da reunião, a saber: informes; publicação do 6º balanço do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI); proposta de oficina piloto de escuta de crianças em 2025 (CoCriança); encaminhamentos.

Começando com o informe sobre o Plano de Ação 2025-2028, a sra. Maria Isabel explica que o processo de elaboração começou a partir de uma reunião com o comitê gestor intersetorial, na qual foram estabelecidas as diretrizes estratégicas para o plano. Acrescenta que haverá uma reunião com a comissão técnica na próxima semana para apresentar a proposta metodológica do plano de ação, e que depois haverá uma reunião com a comissão técnica ampliada, na qual será apresentada, além da metodologia, o instrumental de coleta de propostas de metas para elaboração interna das secretarias.

Sobre a próxima reunião da comissão de avaliação, a sra. Maria Isabel afirma que será trazido um material mais robusto referente ao plano de ação, o qual estará mais próximo de sua publicação. Também reforça a ideia de que esse novo plano de ação seja mais enxuto que o anterior, devido ao diagnóstico dos membros da comissão técnica de que o plano anterior foi muito extenso, o que teria dificultado o seu processo de avaliação e monitoramento. Então, o processo metodológico que está sendo proposto parte de uma premissa inicial de que o plano seja mais fácil de monitorar e avaliar, tanto pela comissão de avaliação quanto pelo município, e que as metas sejam mais específicas e mensuráveis, além da previsão de repactuação de metas.

Seguindo a agenda, a sra. Maria Isabel apresenta a publicação do 6º Balanço, afirmando que ele foi publicado, além de reforçar que o balanço já possui uma mudança metodológica, a fim de que ele fique mais sistemático e mais enxuto no que diz respeito a sua análise qualitativa. Conclui que o Plano de Ação (2025-2028) irá permitir que os próximos balanços sejam cada vez mais sistemáticos.

Seguindo a pauta para a proposta de oficina piloto de escuta ativa de crianças em 2025 (CoCriança), a sra. Maria Isabel passa a palavra para a sra. Camila Sawaia, representante da CoCriança. A sra. Camila introduz que, após a finalização do último balanço, foi discutido a possibilidade de implementar um piloto de escuta das crianças para avaliação do PMPI, esclarecendo que há uma proposta para a oficina ocorrer ainda esse ano. Acrescenta ainda que foram feitas duas reuniões entre a CoCriança e a equipe do Núcleo da Primeira Infância para pensar essa proposta.

Sobre a proposta de escuta de crianças sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), a sra. Camila afirma que ela foi desenhada para ser aplicada em novembro deste ano e que, após esse piloto, planeja-se tornar a proposta mais aplicável e escalável. A sra. Camila explica que a intenção, nesse primeiro momento, é fazer duas oficinas com crianças de 3 a 6 anos de idade, a partir de uma parceria com alguma instituição do território, esclarecendo que esse último ainda precisa ser definido, mas que a ideia inicialmente é ser no território prioritário da Brasilândia.

Sobre a metodologia de escuta desenvolvida, a sra. Camila apresenta que seu fio condutor é entender como as crianças vivem e percebem sua infância naquele território, a partir de três dimensões: relação da criança com o eu, com o outro e com o mundo. Acrescenta que a primeira oficina irá abarcar as duas primeiras dimensões e a segunda oficina abarcará a última, sempre com linguagem clara para as crianças, considerando sua idade. Assim, a sra. Camila passa a contar o que terá nessas oficinas de forma geral, dizendo que a primeira será aberta com uma história que remeta ao tema da escuta, para explicar a partir do lúdico o que será feito ali. Explica que a partir da contação de uma história haverá duas propostas de atividades, sendo uma mais plástica para que as crianças façam um desenho com várias camadas a fim de expressar “quem eu sou”, “o que eu faço” e “o que eu sinto” (com as cores que as representam). Reforça também que haverá uma atenção para registrar, tirar foto e observar o contexto do que está sendo feito. Quanto a segunda atividade, a sra. Camila explica que será um “faz de contas” com elementos que remete a pessoas, incentivando as crianças a construir cenas que remetem suas vidas, suas casas, e observando como elas se portam.

Sobre a segunda oficina, a sra. Camila apresenta que ela também será aberta com uma história, mas dessa a partir do livro “Da minha janela” do autor Octávio Junior, no qual a personagem conta tudo o que vê ao seu redor. Acrescenta que a ideia é fazer um mapeamento em grupo com as crianças, dizendo que irão sair com elas pelo território e perguntando a elas o que não se pode deixar de ver nessa saída, onde precisam passar, onde não podem passar e quais lugares elas não gostam. Diz que essa atividade é interessante para ver o que as crianças vão contando e ao que

elas se atentam durante o percurso. Por fim, explica que o encerramento dessa oficina se relacionaria novamente com a história contada, e ressalta a necessidade de validação de três pontos: a execução do piloto, o território em que será realizado, e se há sugestão de alguma instituição para realizar as oficinas.

Ainda sobre a escuta de crianças, a sra. Maria Isabel reforça que aquela está prevista no plano municipal, mas que ultimamente não estava sendo algo aprofundado, logo a ideia é este ser um primeiro passo para retomar a centralidade dessa ferramenta para a política da primeira infância. Em seguida, passa a palavra para a sra. Elizete.

A sra. Elizete concorda que os principais pontos foram colocados e acrescenta que o processo de escuta está previsto como parte da avaliação do PMPI, sendo necessário validar os pontos que a sra. Camila trouxe. Reforça que é uma experiência piloto, com caráter de experimentação, a partir de uma doação da CoCriança para a política municipal integrada pela primeira infância. Inclui a proposta de validar que as oficinas de escuta sejam aplicadas primeiramente em Brasilândia, o que se justificaria pela sua posição nos distritos prioritários. Acrescenta um segundo ponto de validação: se seria possível a participação de alguma secretaria nesse piloto, a fim de manter um arranjo mais alinhado à comissão. Acrescenta que a análise do material também irá seguir a metodologia da Cocriança, e que há a possibilidade de criar um guia com orientações para os equipamentos seguirem esse processo de escuta com foco no PMPI, tendo em vista sua relação com o plano de ação da primeira infância, e que não se deve esquecer o objetivo maior: ouvir e inserir as crianças no plano, se atentando para como elas o percebem. Por fim, retoma a necessidade de validação do território Brasilândia e de ouvir se haveria possibilidade de construir um arranjo maior com as secretarias envolvidas.

A sra. Maria Isabel esclarece que apesar de serem duas oficinas, elas serão realizadas com a mesma turma de crianças, e não com públicos diferentes.

Quanto aos equipamentos possíveis para a realização da oficina, a sra. Nilda esclarece que os CCA's atendem um público a partir dos 6 anos de idade, e que então essa faixa etária já estaria praticamente excluída visto que com 6 anos e 11 meses a criança já está saindo da primeira infância. Entretanto, poderia verificar a viabilidade nos CCA's do território e se haveria número suficiente nessa faixa de idade. E diz que também haveria a possibilidade de ser no SASF Elisa Maria, já que lá atende o programa Criança Feliz de 0 a 6 anos, no entanto é necessário avaliar melhor a situação. Por fim, questiona sobre a duração das oficinas.

A sra. Camila esclarece que seriam dois dias de oficinas, mas que elas são curtas, com aproximadamente 1 hora e 20 minutos de duração.

A sra. Nilda pergunta se são os profissionais da CoCriança que irão realizar as disciplinas, e a sra. Camila esclarece que sim.

Sobre a preparação das crianças para a oficina, a sra. Nilda diz que seria necessário ter uma conversa anterior a oficina com os profissionais do equipamento para que eles se preparem, e com as crianças, para que elas recebam os novos profissionais, a fim de facilitar a execução da própria oficina. Acrescenta que é necessário entender como trabalharão com a expressão dos sentimentos que as crianças irão trazer na proposta plástica.

Sobre a questão da faixa etária das crianças com as quais as oficinas serão realizadas, a sra. Maria Isabel afirma que havia entendido que seriam crianças de 3 a 6 anos de idade, mas que esse é um escopo geral dentro do qual poderá ser escolhida apenas uma turma, ou seja, só crianças com 6 anos de idade, ou só crianças com 4 anos de idade, por exemplo. Pede para que a sra. Camila explique melhor esse ponto.

A sra. Camila esclarece que a idade de 0 a 3 anos exigiria um preparo e uma elaboração maior da metodologia, mas afirma que poderia ser de qualquer idade dentro da faixa etária da primeira infância considerando que é um piloto, e que a ideia é futuramente replicar a metodologia para todas as faixas etárias, em diversos lugares, com diferentes classes.

A sra. Matilde questiona se a metodologia já está fechada a partir dessas fases apresentadas ou se é possível algum tipo de alteração. A sra. Camila esclarece que é possível ainda ter alterações.

A sra. Matilde explica que teve essa dúvida porque é da Secretaria de Educação e acredita que a atividade inicial pode entrar em conflito com o que eles já trabalham no currículo da cidade. Assim, aponta para a necessidade de pensar melhor na estrutura da história disparadora, de forma a pensar ela de uma forma mais aberta, articulada a partir dos princípios das relações com o “eu” mencionados, e não tão fechada com as atividades.

Sobre isso, a sra. Camila pede para que a sra. Matilde explique melhor como ocorreria o conflito, e a sra. Matilde esclarece que o conflito principal é a questão da história inicial que começaria a puxar todas as atividades.

Em seguida, a sra. Camila esclarece que a história existe para dar contexto para as crianças sobre o que estão fazendo ali, e não para disparar todas as atividades: existe apenas para dar um contexto de forma mais lúdica. A sra. Matilde afirma que agora a metodologia ficou mais clara, e reforça que as coisas precisam estar articuladas antes de passarem para as equipes, já que não pode haver conflito com as formações que são oferecidas por elas. E indica que essa é uma possibilidade de fazer a escuta das crianças a partir de algo externo. Por fim, a sra. Camila e Sra. Matilde se colocam a disposição para pensar mais sobre o assunto em conjunto.

Sobre o público com o qual será feito a escuta, o sr. Gabriel pergunta se haverá a inclusão de alguma criança com deficiência ou com suspeita de, já que seria interessante pensar a representatividade com mais grupos. Em seguida, a sra. Camila

afirma que estão abertos para pensar nesse público e adaptar a metodologia para ele, se necessário.

Na ausência de mais dúvidas, a sra. Elizete reforça que é uma excelente oportunidade, com o objetivo maior de construir uma avaliação com a escuta de crianças com relação ao plano. Diz que a intenção não é ser algo pronto, que é um laboratório, uma experimentação, e que iniciar esse ano é um ponto de partida que precisa ser dado. Resume que duas secretarias se interessaram em ajudar na articulação com algum equipamento, a da educação e da assistência social, e que entende que ficou validado executar a oficina em Brasília. Por fim, questiona quais serão os próximos passos e pergunta para a sra. Nilda se o SASF que foi mencionado se localiza na Brasília.

A sra. Nilda responde que o SASF fica em Brasília mesmo, e reforça que nesse equipamento seria mais viável realizar as oficinas do que em um CCA, já que nesse último o período que a criança fica é muito curto, e o SASF é um serviço que abrange também uma maior faixa etária pretendida de 3 a 6 anos, permitindo que a proposta seja aplicada por mais tempo. Afirma que irá verificar a disponibilidade dos equipamentos.

A sra. Camila sugere que a confirmação da disponibilidade dos equipamentos ocorra até metade de outubro. A sra. Nilda concorda com a data, afirmando que buscará trazer uma resposta até dia 15/10, e propõe que antes da aplicação da oficina ocorra mais um contato com a sra. Camila e com o Núcleo.

Sobre esse último ponto, a sra. Elizete também sugere uma reunião prévia de alinhamento com os responsáveis do equipamento selecionado, e adianta que será necessária uma autorização para saída das crianças na segunda oficina. Diz que o objetivo dessa reunião era trazer a proposta de metodologia, validar o território e ver quais secretarias se candidatariam para ajudar na articulação e execução desse projeto, para que depois fosse realizada uma organização, conversa e preparação com o equipamento que será envolvido. Em seguida passa a palavra para o sr. José Roberto.

O sr. José Roberto parabeniza a iniciativa da CoCriança, e afirma que é uma oportunidade de ter uma experiência externa, uma visão diferente ao escutar crianças. Reforça como é bom escutar as crianças e os bebês, que muitas vezes são deixados de lado no âmbito de pesquisa. Diz que é importante ouvi-los porque eles têm uma visão de mundo diferente, mais fantástica, que é empobrecida com a vida adulta. Sugere que seria interessante escolher uma unidade de tempo integral para fazer a ação porque eles já estão trabalhando com uma concepção de explorar o território, o que ajudaria nesse processo de escuta. Aponta que já existe um trabalho na SME de dar voz a criança a partir de Grêmios, Conselhos Mirins e Imprensa Jovem Mirim, o que seria mais um apoio, mais um olhar diferenciado que poderia ser colocado em cima do que já é desenvolvido com as crianças nessas unidades. Reforça a importância de pensar em qual unidade será mais adequada para realizar

as oficinas, diz que dará um retorno sobre esse ponto e que manterá o contato para haver um alinhamento.

A sra. Nilda pergunta se o documento com metodologia poderia ser enviado para que seja passado para o restante da equipe, e a sra. Camila combina que irá enviar para os participantes logo após a reunião.

Adiantando os encaminhamentos, a sra. Elizete sugere a devolutiva acerca da viabilidade dos equipamentos até o dia 15/10. Reforça que é uma oficina piloto e experimental, e que a metodologia de análise dos dados obtidos também é fornecida pela CoCriança. Acrescenta que parte dessa análise tem como objetivo entender se as crianças percebem que há mudanças em relação às políticas públicas, e que nesse processo a espontaneidade é premissa básica. Também afirma que aguardaremos até a terceira semana de outubro as respostas da SME e da SMADS quanto a viabilidade dos equipamentos, que está validado o início da oficina piloto em Brasilândia, e que a sra. Camila enviará a metodologia para os integrantes desta comissão. Em seguida passa a palavra para a sra. Juliana.

A sra. Juliana diz que é um alívio saber que ouviremos as crianças, e questiona se conseguiremos fazer a escuta dos bebês ainda neste ano ou no próximo. Já que eles representam uma grande parte da política, então também teríamos que incluí-los. A sra. Elizete responde que esse é um desafio maior, que demandaria mais tempo e complexidade da metodologia, e que por isso neste momento não pensamos nele, mas reconhece que é necessário experimentar para avançarmos até esse ponto, pensando também na possibilidade de implementar um guia de orientação.

A sra. Nilda questiona qual é a necessidade de espaço para se realizar a oficina, e a sra. Maria Isabel responde que a oficina ocorreria com dois grupos concomitantes em duas salas separadas, mas que essas não precisariam ser muito grande. Em seguida, a sra. Nilda pergunta sobre o número de crianças necessárias, e a sra. Matilde diz que na metodologia essa quantidade não está estabelecida, mas que pensa que seria um grupo pequeno de quinze crianças por exemplo, reforçando que essa seria uma quantidade boa levando em consideração o próprio cansaço que essa interação pode gerar para as crianças. A sra. Nilda se propõe a levantar o número de crianças que tem por faixa etária nos equipamentos que possam ser viáveis para a realização da oficina.

O sr. Mildy questiona como a oficina vai captar informações de questões como habitação, assistência social e saúde, pensando que são pontos que estão no plano e que impactam na vida da criança. Exemplifica sua dúvida trazendo a sua vivência acompanhando uma pesquisa acadêmica que pergunta como era a saúde das crianças que vivem em ocupações, e na qual fizeram um recorte de quinze dentro de um total de noventa ocupações, mostrando o que as crianças estavam visualizando.

A sra. Elizete diz que pensa que a questão sobre políticas públicas mais concretas como habitação pode ser captada na oficina de saída a cidade, percebendo o olhar da criança pelo território. Reforça em seguida a diferença entre uma escuta e

uma pesquisa, falando que não realizaremos uma pesquisa de percepção da criança e sim um processo de escuta. Acrescentando que há a possibilidade de ouvirmos falas que não tem relação com o plano, mas que haverá um período de análise de tudo o que vier: dos desenhos das crianças, das cores que elas utilizaram, de suas interações, e que haverá com isso a tentativa de captar os sentimentos delas. Diz também que essa é justamente a ideia de ter a personagem “Ventinho”: ouvir a criança e deixá-la se soltar, sendo então um processo dissociado do que conhecemos como pesquisa, e que depende da capacidade analítica do material que vem como resultado.

Ainda sobre esse ponto, a sra. Maria Isabel complementa trazendo uma visão sobre a outra oportunidade de escuta de crianças realizada na construção do PMPI, esclarecendo que é mais do que ver demandas estruturais de políticas públicas, mas impressões que constituirão insumos para a elaboração política. Exemplifica que, no PMPI salta aos olhos como vinham contribuições sobre parques e árvores, por exemplo. Acrescenta o exemplo da menina que ao ser questionada sobre o que ela gostava, responde sobre sua boneca, que é branca com cabelo liso, ficando claro que aqui se trata de uma questão racial que permeia a vivência das crianças. Conclui dizendo que esse é mais um insumo do que a gente vai fazer a partir dos olhares das crianças. Em seguida passa a palavra para a sra. Matilde.

A sra. Matilde afirma que em relação a escuta de crianças a gente pode ter elementos a partir das próprias perguntas que levam as crianças a pensarem em suas condições, suas interações com os outros e com o mundo. E também fala sobre a oficina de saída ao território, afirmando que nela a criança terá a memória das condições em que vive e dos lugares em que passa e que, portanto, quem deve ter os aspectos da política pública em mente é aquele que faz a escuta e não a criança. Conclui dizendo que as relações ocorrem de maneira transversal, pensando em como as perguntas disparadoras da vão fazer as crianças olharem para o espaço em que estão localizadas, e que é uma “via de mão dupla” na qual há a escuta e depois um retorno para a criança.

A sra. Elizete reforça que não é uma pesquisa estruturada e nem acadêmica, e que questões como a desigualdade territorial parecem mais naturalizadas nas crianças, e assim, elas não as estabelecem conexões para reivindicar como os adultos. Em seguida, passa a palavra para a sra. Camila.

A sra. Camila esclarece que é difícil definir um recorte para a realização das oficinas, principalmente pensando na questão do tempo, e que para conseguirmos de fato olhar transversalmente passando por todos os pontos da política, nós precisaríamos de um tempo mais longo. Logo, esse é um primeiro exercício para sentirmos o que era importante e ficou de fora nesse piloto, apostando que as dimensões previstas darão conta de pincelar o que estiver mais latente para as crianças.

Quanto ao número de crianças, a sra. Camila diz que ainda não está definido, mas que há a chance de se adequar a realidade do equipamento. Acrescenta que é importante pensar na unidade turma ao escolher as crianças para a escuta, já que assim já há um vínculo pré-existente e uma pessoa de referência para as crianças, como uma professora, facilitando no quesito timidez. Também diz que acredita que quinze é um bom número, mas que se essa quantidade fosse maior ou menor há chances de adaptação. Por fim, reforça que não precisa ser necessariamente duas salas para a oficina, mas que seria importante ter mesas principalmente pensando na atividade plástica que as crianças irão realizar.

A sra. Nilda pergunta se a CoCriança irá disponibilizar os materiais necessários para a realização das oficinas, e a sra. Camila esclarece que sim, que faria parte da doação dos materiais.

O sr. Mildo revela que sua dúvida foi esclarecida e que agora é importante esperar a devolutiva da escuta para ver o que podemos fazer em seguida e o que falta. A sra. Camila concorda com esse ponto, dizendo que há possibilidade de futuramente ampliar a oficina para assuntos mais específicos como a questão habitacional.

Na falta de mais dúvidas e questões, a sra. Elizete segue a discussão para os encaminhamentos, lembrando da questão acrescentada pelo sr. Gabriel e pedindo que as secretarias proponham aos equipamentos turmas com algum nível de representatividade, considerando criança com deficiência e diversidades étnico-racial. Acrescenta que seguiremos conversando para viabilizar a oficina, e que a data da próxima reunião de avaliação será 04 de dezembro de 2025, havendo a possibilidade da mesma ser presencial. Diz que a ATA desta presente reunião será entregue no dia 09 de outubro e que assim, os participantes terão quatro dias para validar quaisquer alterações em relação a mesma. Enfatiza por fim, que as atas estão publicizadas no Participe+ da Prefeitura de São Paulo. Todos se mostram de acordo com os encaminhamentos.

Sem mais assuntos a tratar, a sra. Elizete (SGM) encerra a reunião e eu, Camila Paiva (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância), lavrei a presente ata.

São Paulo, 07 de outubro de 2025.